
QUATRO DESVIOS DA IDÉIA DE PESSOA
(individualismo, mediocridade, unidimensionalidade, hipocrisia)

Nílson José Machado
njmachad@usp.br

É muito rica a idéia de pessoa. De etimologia mais fecunda que a de indivíduo ou de sujeito, ela remete imediatamente à idéia de representação de papéis. Como se sabe, *persona* era a máscara que os atores usavam no teatro, na antiguidade clássica. Assim, desde o nascimento, constituímos-nos como pessoa representando papéis, inicialmente na família, depois, na escola, no trabalho etc. E permanecemos na condição de agentes, de atores, enquanto estamos vivos. A sociedade é um vasto sistema de distribuição de papéis. Em alguns deles, somos protagonistas; em outros, meros coadjuvantes; em todos, cumpre-nos representar bem cada personagem que nos cabe. Construimos-nos como pessoa, personificamos-nos, por meio de nosso desempenho na representação de tais papéis. O feixe de papéis que representamos, nos mais diversos âmbitos, do público ao privado, caracteriza-nos como uma pessoa. Uma pessoa nunca pode ser examinada sem referência a tais papéis, e não existe desvinculadamente dos laços sociais que a constituem.

A idéia de pessoa relaciona-se diretamente com a de cidadania. Os papéis que representamos em contextos regulados por normas, por leis, caracterizam-nos como cidadãos. Em âmbitos como o político, o econômico, o jurídico, somos todos iguais: todos são iguais perante as leis. Entretanto, iguais como cidadãos, somos diferentes como pessoas. Em terrenos como os da ética, da estética, da religiosidade, que não são regulados por regras de maioria, fundando-se na absoluta assimetria, como são o dos valores, o do gosto, o das crenças, nossas escolhas são verdadeiramente pessoais, e caracterizam nossa personalidade. Temos gostos e princípios, crenças ou descrenças de modo absolutamente singular, independentemente do fato de a maioria ter outras preferências: mesmo que todos ou quase todos se decidam desvairadamente a praticar delitos, nós podemos decidir, assimetricamente, que nosso caminho não é esse.

A personalidade é a marca do modo de ser do ser humano. A diversidade de desejos, de escolhas, de pretensões, de projetos constitui uma imensa riqueza, e o cultivo de formas de convivência, de tolerância e respeito mútuo são valores a serem perseguidos pela Educação em todos os níveis. O fim precípua de toda atividade educacional é fazer com que cada um de nós descubra ou reconheça

o "fundo insubornável" da pessoa que somos, verdadeiro fundamento da idéia de integridade pessoal, do qual nos falou com tanta perspicácia Ortega y Gasset (1987). Apesar disso, ou talvez em razão de tal relevância, é fundamental cuidar para que alguns desvios da idéia de pessoa não contaminem as ações educacionais, instalando-se nos percursos formativos e conduzindo à própria negação dos valores que deveriam ser cultivados. Nosso objetivo aqui é apontar quatro de tais desvios: o individualismo, a mediocridade, a unidimensionalidade e a hipocrisia. Caracterizaremos sucintamente cada um de tais desvios a seguir.

O individualismo é um desvio perigoso, na medida em que a própria idéia de pessoa costuma ser aproximada da noção de indivíduo. Indivíduo, sujeito, pessoa são palavras usadas, muitas vezes, com o mesmo significado, ainda que possam ser estabelecidas distinções fundamentais, pelo menos nas origens de cada uma delas. Indivíduo é uma palavra de etimologia simples: em latim, *individuum* significa "o que não se divide". A palavra grega correspondente é *átomo* (ou "o que não tem divisão"; os "tomos" são os livros que compõem uma coleção, por exemplo). Naturalmente, uma pessoa não pode ser cindida, não pode ser subdividida; o fundo pessoal, que é a sede de nossa integridade, torna sem sentido qualquer tentativa de divisão. Mas, naturalmente, tal impossibilidade de divisão parece pouco para caracterizar uma pessoa. Como já foi apontado anteriormente, uma pessoa é um feixe vivo de papéis, que representa continuamente em diferentes âmbitos, públicos ou privados, em que predominam tanto a igualdade quanto a diferença. A possibilidade do isolamento que se pode vislumbrar em um indivíduo - tal como em um átomo - certamente inexistente no caso de uma pessoa. Já a palavra "sujeito" tem uma etimologia rica, com uma ambigüidade radical: sujeito é o que realiza a ação; mas também é o que se sujeita, se submete. E grande parte da riqueza resulta da própria ambigüidade. Na verdade, sujeito é aquele que toma iniciativas, cria, age, mas não o faz isoladamente, ignorando a existência do outro: tornar-se sujeito é sujeitar-se ao fato fundamental de que não estamos sós, e que as ações são sempre interações, e embora o sentido de minhas ações virtualmente nasça em mim, ele se atualiza no outro, fora de mim. Sem dúvida, a idéia de sujeito assim considerada situa-se muito mais próxima do que a de indivíduo do terreno da personalidade.

Como um desvio da idéia de pessoa, o individualismo representa a expectativa da possibilidade da compreensão da pessoa desvinculadamente da idéia de sociedade. É como se se imaginasse a possibilidade de analisar um indivíduo como um nó da rede de relações sociais recortando-se o mesmo para examiná-lo fora da rede. Certamente, tal extração é possível, mas constituirá uma espécie de "autópsia", uma vez que a retirada do nó de seu contexto destrói as relações vitais constituintes do mesmo. Em seu notável trabalho *A sociedade dos indivíduos*, Norbert Elias (1994) chama a atenção para o fato de que ele usará a palavra "indivíduo" para

referir-se às pessoas, reconhecendo as diferenças etimológicas mas decidindo não se deter nelas. É certamente expressivo de sua posição a frase seguinte, extraída do texto citado (p.23): "É a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação às outras, a ela e nada mais, que chamamos sociedade." Assim concebida, a idéia de pessoa não se coaduna, pois, com o vislumbre de algum tipo de isolamento da rede de relações em que se insere, do feixe de papéis que representa. Permitir que o elogio da personalidade possa aproximar-se do terreno do atomismo social, ou do mero individualismo, sem consciência pessoal, constitui, pois, um desvio absolutamente inaceitável.

A mediocridade é o segundo dos desvios potenciais da idéia de pessoa, que será agora aqui considerado. A vida humana, em sentido pessoal, é o desenvolvimento de uma trajetória de projetos. Ter um projeto é ter uma meta, escolhida em um cenário de valores socialmente acordados, e que prefigura uma ação a ser realizada pelo sujeito que projeta. A busca da realização de tal meta sempre envolve riscos: não existe, em sentido próprio, um projeto "condenado" ao sucesso, assim como também não existe um projeto "condenado" ao fracasso. As metas que nos mobilizam como pessoas nem podem ser garantidas *a priori*, nem declaradamente impossíveis. A ação consciente é a ação projetada, mas a consciência tem limites: a partir de certo ponto, o resultado de nossa ação não depende mais de nós: a sorte está lançada. Como pessoas, somos diferentes em razão dos projetos que alimentamos, e, sobretudo, dos pesos relativos que atribuímos aos valores que compõem o cenário que dá sustentação e significado às metas que perseguimos. Para atingir tais metas, recorreremos aos meios necessários, mas aqui, como em muitas outras situações, constitui um desvio absolutamente inaceitável uma identificação indevida entre meios e fins.

Tecnicamente, a mediocridade consiste precisamente na identificação do que deveria ser meio com o fim de uma ação projetada. Por exemplo, trabalhamos e somos remunerados pelas ações que realizamos. Tais ações devem ter um significado que ultrapassa sua realização, não se resumindo, por exemplo, à busca da remuneração pecuniária. Quando uma ação praticamente se identifica com os meios para realizá-la, ou a isso se resume, a mediocridade entra em cena e assume o papel principal. Rapidamente, o que deveria ser meio transforma-se em fim. Em múltiplos contextos, tal idéia de mediocridade representa uma deformação, um desvio, muitas vezes, das mais bem intencionadas ações.

Em *Desenvolvimento como liberdade*, Amartya Sen (2000) nos oferece um exemplo notável da mediocrização do mundo contemporâneo, impregnado de determinações econômicas. Ele analisa o fato de que o desenvolvimento econômico tem-se transmutado sorrrateiramente de meio para a promoção da liberdade

em finalidade da atividade econômica. Em um país economicamente desenvolvido, a melhoria da qualidade de vida deveria significar que seus habitantes tornar-se-iam cada vez mais livres, no sentido de que seriam cada vez mais capazes de realizar os projetos que alimentam. A busca do desenvolvimento deveria visar precipuamente a isso, não havendo espaço para tornar-se um fim em si mesmo. Se assim não fosse, seria fácil concluir-se que, para melhorar os indicadores econômicos, por exemplo, para dobrar o valor do PIB per capita, seria muito mais simples eliminar a metade da população do que dobrar a produção de bens e serviços... Naturalmente, tal matemática aberrante não faz sentido justamente em razão do fato de que a promoção da liberdade das pessoas é a razão de ser da busca do desenvolvimento.

No terreno educacional, um outro exemplo de mediocridade pode ser caracterizado quando se analisa o papel desempenhado pelas disciplinas escolares, na educação básica. Naturalmente, as disciplinas constituem meios para o desenvolvimento das competências básicas na formação pessoal dos alunos; nenhuma matéria deveria ser um fim em si mesmo. Entretanto, é muito freqüente, quando analisamos os programas de tais disciplinas, a impressão de que os conteúdos disciplinares são apresentados como se fossem os objetivos do ensino, e não apenas os meios através dos quais os alunos se constituem como pessoas conscientes e críticas. Tal redução das finalidades do ensino aos meios necessários para a sua realização constitui um exemplo notável da mediocrização do ensino.

Como pessoas, vivemos em busca de algo que transcende a mera sobrevivência física; o sentido da vida não se reduz a uma contínua busca de preservá-la. A vida humana em sentido pleno pressupõe a busca por um ideal. Uma pessoa que não vive por um ideal - no sentido que tão bem caracterizou Ingenieros em *O homem medíocre* - e que vive de tal forma que aquilo que deveria ser meio de prover a existência torna-se a efetiva finalidade da mesma, é o protótipo da mediocridade. Como registra o poeta popular, "a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte". O sentido da vida de cada um de nós como pessoa é como um vetor, com origem em nosso âmago mais profundo e extremidade na realidade concreta; ele nasce no interior de cada um de nós, mas se realiza no mundo externo a nós. Naturalmente, uma pessoa faminta tem como projeto imediato alimentar-se, uma pessoa doente busca reconstituir a saúde, mas a vida humana não se pode resumir a tais dimensões. Reiteramos que, se uma pessoa reduz o sentido de sua existência apenas à luta pela sobrevivência de seu corpo físico, então ela não tem mais do que uma existência medíocre; ela é a própria representação da mediocridade, como desvio da personalidade.

Analisemos agora um terceiro desvio da idéia de pessoa - a unidimensionalidade. Trata-se de uma caracterização simplificada (e muitas vezes, caricata) da riqueza e da complexidade do feixe de

papéis que toda pessoa, invariavelmente representa, que é reduzida a uma única qualidade, ou dimensão. Por exemplo, quando nos referimos a uma pessoa reduzindo-a unidimensionalmente a uma só característica, e pensamos nela instalados apenas em tal característica - como é o caso em classificações do tipo "é uma mulher", ou "é um judeu", ou "é um ocidental", ou "é um trabalhador", ou "é um negro", ou "é um homossexual" etc. - estamos nos desviando da personalidade em sentido próprio. Segundo Amartya Sen, em *Identity and violence (2007)*, tais reduções constituem a fonte básica de toda a violência no mundo.

De fato, o reconhecimento de que as identidades pessoais são necessariamente plurais é uma exigência básica para a convivência em sociedade. Muitas vezes, aquilo que é considerado a característica pessoal mais importante varia significativamente de um contexto para outro, e cabe às pessoas eleger o papel que representam, em cada contexto. Mesmo que se destaque uma dimensão pessoal especialmente relevante em múltiplos contextos, tal dimensão não pode conduzir à obliteração das demais: uma pessoa é uma mulher, jornalista, heterossexual, torcedora do time X, simpatizante do partido Y etc. Quando se trata de pessoas, nenhuma classificação pode ser exaustiva, toda unidimensionalidade é uma violência, e todas as caracterizações devem conviver com a única relação de equivalência que nos inclui a todos: a que nos situa na classe dos seres humanos.

Como consequência da violência implícita na redução unidimensional da idéia de pessoa, todas as ações que conduzem a algum tipo de discriminação - racial, religiosa, econômica, entre outras - parecem deploráveis, como o são todas as formas de violência. Lamentavelmente, algumas políticas públicas levadas a efeito por instâncias governamentais nos diversos níveis de gestão, que teoricamente buscariam a eliminação de certos desequilíbrios históricos entre diversos setores da sociedade, por meio de supostas compensações, nada mais fazem do que alimentar as discriminações que pretendiam combater. Em vez de evitar a indesejável unidimensionalidade na caracterização das pessoas, fonte de todas as formas de violência, segundo Sen, as diversas políticas de cotas, por exemplo, têm se mostrado capazes apenas colocar tal desvio da personalidade em negrito, institucionalizando a violência.

Passemos ao quarto desvio, inicialmente anunciado, da idéia de pessoa: a hipocrisia. Hipócritas (do grego *hypokritès*) eram os atores que, no teatro, representavam papéis que não eram seus, mas sim de outras pessoas; daí a associação da hipocrisia ao fingimento, à falsidade, à mera aparência. O elogio da idéia de pessoa, quando não se enraíza em um quadro de valores bem constituído, pode deslizar facilmente para o terreno da simulação, da dissimulação, da hipocrisia. Como já se registrou anteriormente, a personalidade é o território das diferenças: somos todos iguais perante a lei, mas somos todos diferentes como pessoas, em decorrência dos projetos

que buscamos realizar, dos valores que priorizamos e que os sustentam. Entretanto, não somos diferentes uns dos outros porque buscamos intencionalmente diferenciarmo-nos: distinguimo-nos naturalmente, em nossas ações ordinárias, desde que autênticas, no sentido de serem irradiadas a partir de nosso “fundo insubornável”. Ter impressões digitais distintas não exige de nós qualquer esforço. A busca desenfreada da diferença como afirmação pessoal, do protagonismo a qualquer preço, mesmo que a peça representada seja destituída de qualquer valor intrínseco, torna-se o caminho para viabilizar um acolhimento, tácito ou explícito, do “bestismo” e da hipocrisia.

Por “bestismo” entendemos a supervalorização do fato de sermos o melhor (*the best*) em algo, mesmo que irrelevante do ponto de vista dos valores envolvidos. Os meios de comunicação exploram acentuadamente tais desvios, dando destaque, algumas vezes, de verdadeiros protagonistas a atuações extravagantes, situadas no limiar das deformações caricatas. Uma formação pessoal digna desse nome, no entanto, deve levar em consideração os papéis que representamos com autenticidade e coerência, independentemente de sermos protagonistas ou meros coadjuvantes. É importante que se registre que, de modo geral, nesse terreno, a alternância entre o protagonismo e a coadjuvância é a regra. Na família, nascemos representando papéis de filhos, de sobrinhos, de netos, e paulatinamente nos tornamos tios, pais, avós. No trabalho ou nas funções públicas, o exercício de cargos de chefia também costuma ser transitório; especialmente no terreno da política, seria muito importante que assim efetivamente o fosse. Sempre que o protagonismo é considerado um valor absoluto, o “bestismo” se instala e a simulação, o fingimento, a hipocrisia florescem. E o sentido da vida pode resumir-se a uma busca alucinada por alguns poucos minutos de fama, como ironizou o pintor e cineasta Andy Warhol.

Um dos efeitos mais deletérios da hipocrisia é o fato de a falsificação, a simulação, a falta de autenticidade transformarem inevitavelmente a vida pessoal e as relações sociais em mero espetáculo. Em seu diagnóstico incisivo sobre a transformação da vida em sociedades nas quais predominam os modos de produção atuais, Guy Debord (1997) registra que “Tudo o que era vivido diretamente tornou-se uma representação”. Desse modo, a vida se torna “uma imensa acumulação de espetáculos”, e “no espetáculo, imagem da economia reinante, o fim não é nada, o desenrolar é tudo. O espetáculo não deseja chegar a nada que não seja ele mesmo” (p.13-17). Em consequência, o cenário de valores é eivado pela absoluta relativização, e o princípio que prevalece é a máxima simplória que garante que “tudo o que aparece é bom e tudo o que é bom, aparece”. A frenética produção de imagens provoca um deslocamento das atenções que constitui uma espécie de desvio de segunda ordem: se anteriormente, discutia-se a deterioração do “ser” pela sua redução ao “ter”, agora, o novo desvio conduz à

supervalorização do “parecer”, em detrimento tanto do “ter” quanto do “ser”. Já não se busca sequer o ter, em detrimento do ser, mas apenas a dissimulação: o parecer que é, o parecer que tem constitui a nova regra do jogo.

Como se pode depreender daí, a o desvio da personalidade que a hipocrisia representa aproxima-se dos outros desvios anteriormente referidos. A mediocridade, enquanto subsunção dos fins pelos meios, pode ser claramente identificada quando se nota, como bem o registra a argúcia de Debord, que “o caráter fundamentalmente tautológico do espetáculo decorre do simples fato de seus meios serem, ao mesmo tempo, seu fim”. A unidimensionalidade também se faz presente em toda pretensão “bestista”, em que protagonizar irrelevâncias parece preferível à coadjuvância, muitas vezes anônima, em ações significativas. E o individualismo exacerbado tangencia a hipocrisia, na medida em que somente uma suprema ingenuidade, incompatível com o nível de consciência que caracteriza a personalidade, poderia superestimar as possibilidades de ações “atômicas”, ou isoladas. Uma interpretação generosa do individualismo pode associá-lo ao auto-engano; outra, mais condizente, conduzi-lo-á aos braços da hipocrisia.

De modo geral, os quatro desvios da personalidade apontados podem contaminar a idéia de pessoa, tal como a recusa do autoritarismo pode minar a idéia de autoridade, sobretudo no mundo pós-segunda guerra mundial, ou a exacerbação do nacionalismo pode inibir a importância da idéia de nação na compreensão dos fenômenos históricos, sobretudo a partir do século XIX. O intuito de destacar tais desvios é nos prover de anti-corpos para tal contaminação, reiterando os princípios constitutivos da personalidade, absolutamente indispensáveis para uma vida social plena de sentido. Apenas para sintetizar o que até aqui se alinhavou, destaquemos três de tais princípios.

A consciência, como uma volição de segundo nível, como uma vontade de ter certas vontades, e não outras, é, certamente, o primeiro princípio que nos vem à mente, quando buscamos caracterizar uma pessoa. Não existe pessoa onde não há uma consciência que busca permanentemente o sentido das ações realizadas, tanto na imanência das ações ordinárias quanto nas reflexões mais profundas, que buscam a religação dos micro-sentidos a um sentido macro, que de alguma forma transcende a experiência imediata. Entre outros efeitos, na mesma medida em que busca prover as ações de um sentido, a consciência funciona como o antídoto para a mediocridade. A multidimensionalidade de cada pessoa é outro princípio fundador. Cada pessoa é aqui entendida como um complexo feixe de papéis, representados em diferentes âmbitos, e que combinam de modo equilibrado o protagonismo e a coadjuvância. É precisamente a multidimensionalidade que põe em evidência a violência de toda

redução unidimensional, de toda simplificação caricata, que reduz um ser humano a apenas uma de suas características. E a integridade pessoal é um terceiro princípio fundamental na constituição de um ser humano. Uma pessoa íntegra assim o é em dois sentidos complementares: é uma pessoa inteira e é uma pessoa integrada. É inteira, no sentido de que tem um núcleo pessoal de onde emerge um quadro de valores norteadores das ações; é integrada no sentido de que tal quadro permanece sempre aberto a mediações externas, que viabilizam a interação com os outros, portadores de diferentes quadros. A integridade, consubstanciada no "fundo insubornável" da pessoa, funciona como uma vacina tanto para o atomismo individualista quanto para a hipocrisia, indício decisivo da inexistência de valores norteadores permanentes.

Por fim, destaquemos o fato de que o elogio da idéia de pessoa é o elogio de uma idéia, e não apenas, nem essencialmente, de uma palavra. Assim como Norbert Elias, em *A sociedade dos indivíduos*, chama a atenção para as limitações etimológicas da palavra *indivíduo*, mas decide utilizá-la com um sentido próximo ao da palavra *pessoa* tal como aqui a utilizamos, assim como Jung também preferiu reservar à palavra *persona* um sentido mais técnico, mais particular, em seu sistema, mantendo a denominação de individuação para os processos de construção do que chamaríamos de pessoalidade, também aqui, ao criticar o individualismo não estamos execrando uma palavra, mas sim uma idéia. Similarmente - e simetricamente -, quando se entende, em nível do senso comum, que a palavra *personalismo* representa uma manifestação aguda de individualismo, então o personalismo é passível de críticas severas, tanto quanto o foi, aqui, o individualismo. Uma ressalva, apenas, convém fazer, nesse ponto: o personalismo no senso comum não traduz a mesma idéia que o personalismo no sentido preciso que lhe foi atribuído por Emmanuel Mounier, em seu pequeno e vigoroso livro (Le Personnalisme), escrito em 1947.

De fato, o trabalho de Mounier constituiu uma tentativa interessante de aproximar as perspectivas filosóficas do Existencialismo, com suas aporias individualistas sobre o sentido da vida, e do Marxismo, com suas determinações da infra-estrutura econômica sobre os destinos pessoais. Infelizmente, a morte precoce de Mounier limitou sua produção escrita, no confronto de idéias que lhe eram contrapostas, sobretudo por Marx e Sartre, mas a semente do Personalismo permanece viva e relevante, sendo inteiramente compatível com as idéias até aqui apresentadas. Para Mounier, ser pessoa é ser capaz de "uma série de atos originais que não têm equivalente em mais parte alguma do universo":

- saber sair de si próprio, se descentrar, para tornar-se disponível para os outros, sabendo apreciar seus pontos de vista e compreendê-los;

- assumir responsabilidades sobre a existência real, solidarizando-se com os outros e sabendo sentir em si as alegrias e as dores do mundo;

- ser capaz do ato gratuito, da generosidade, da doação, do perdão, da assimetria no cumprimento dos deveres;

- ser fiel a si mesmo, a seu núcleo pessoal, matriz de sua integridade, que viabiliza a permanência do fundamento da pessoa, a despeito de todas as transformações superficiais.

Como se pode depreender, os quatro "atos originais" que caracterizam uma pessoa na visão de Mounier constituem os antídotos para os desvios da personalidade aqui assinalados, uma vez que representam:

- a negação do individualismo;

- a recusa da mediocridade;

- a grandeza da dádiva, que transcende a linearidade das relações mercantis de troca;

- a fidelidade a um quadro de valores, o que elimina qualquer vestígio de hipocrisia.

Para concluir, uma simples conjectura. Sabe-se que o Budismo recusa enfaticamente a idéia de pessoa, de consciência individual, de desejo, de projeto. Nas palavras de Buda, "acabado o desejo, está acabado o apego; anulado o apego, anula-se a existência individual; então, não haverá mais renascimento, velhice, morte, ..." Talvez pudéssemos completar: "... nem vida em sentido humano." Com todo respeito, poderíamos conjecturar: O foco da oposição budista não seria o ego, com suas volições de primeiro nível, com seu centro de gravidade na racionalidade da consciência imediata, com seus desvios egocêntricos, que reduzem o sentido da vida ao do corpo físico, às necessidades materiais, à previsibilidade das ações racionais? Não haveria espaço para se pensar em uma consciência pessoal que transcenda o universo físico, integrando-se em um universo supra-sensível? Para se conceber uma pessoa cujo centro de gravidade situe-se no espaço harmonioso entre o consciente e o inconsciente? Não estaria o budismo se opondo, em verdade, aos desvios da personalidade muito mais do que à idéia de pessoa no sentido que aqui levemente se esboçou?

SPaulo*****o8o8o8

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Guilherme de (org.) - *As palavras do Buddha*. São Paulo: José Olympio, 1948

DEBORD, Guy - *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ELIAS, Norbert - *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

INGENIEROS, José - *O homem medíocre*. São Paulo: Ícone, 2006.

MARÍAS, Julián - *Mapa del mundo personal*. Madrid: Alianza Editorial, 1994.

MARÍAS, Julián - *Persona*. Madrid: Alianza Editorial, 1997.

MOUNIER, Emmanuel - *O personalismo*. São Paulo: Centauro Editora, 2004.

ORTEGA Y GASSET, José - *Obras Completas V. 2*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

SEN, Amartya - *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya - *Identity and violence*. New York: W. W. Norton & Company, 2007.

TAYLOR, Charles - *Person and society*. USA: Pentland Press, 2000.